

Vendas cairão 10%

SANDRA SILVA

SÃO PAULO – As vendas no comércio caíram quase 8% em janeiro, na comparação com o mesmo mês no ano passado. Para fevereiro, a expectativa é de uma redução maior, em torno de 10%. Segundo o presidente da Federação do Comércio do Estado de São Paulo, Abram Szajman, são reflexos de que o setor já está sofrendo por causa dos juros altos. Szajman teme que a situação piore. "Alguns fabricantes de produtos com componentes importados, como TVs, já começam a fazer pressões exigindo aumentos", queixa-se.

O diretor da AGF Braseg Asset Management, Kazuhiro Miyamoto, acha que, embora a manutenção da política de juros altos segure a alta da inflação e seja uma clássica receita do FMI, terá que ser aplicada somente por curto prazo, até haver o equilíbrio da balança comercial do país e a retomada da oferta de linhas de crédito destinadas à exportação.

É que a manutenção dos juros em níveis altos aumenta ainda mais a dívida interna. Em consequência desse crescimento, pode começar a surgir o questionamento sobre a real capacidade de pagamento do governo. Miyamoto acha ainda que o mercado acabou ficando frustrado com o acordo. "Esperava-se que viesse algum adiantamento de dinheiro do FMI."

A manutenção dos juros altos anunciada pelo governo é o que preocupa o presidente do conselho de administração da Mahle Metaleve, Franz Reimer. "O financiamento

da produção das indústrias ficará mais caro, mas o impacto imediato ocorre mesmo é na obtenção do capital de giro."

A iniciativa privada não pode mais pagar a dívida do poder público. Essa é a opinião do diretor do Departamento de Pesquisa Econômica da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), Roberto Faldini, sobre o acordo de ajuste fiscal, elevação de juros e de mais arrocho, firmado nessa semana entre o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Brasil.

O diretor da Fiesp acredita que, para o governo arrumar a própria casa, terá de acelerar a privatização da Petrobras e do Banco do Brasil. "Essas medidas só levam ao sacrifício e asfixia do setor produtivo, sem que haja a resolução dos problemas."

O presidente da Central Única dos Trabalhadores (CUT), Vicente Paulo da Silva, também acha que o anúncio das medidas traz prejuízos à sociedade, provocando um arrocho cada vez maior dos salários, com menor investimento nas áreas sociais de saúde e educação. "Até a assinatura do acordo foi constrangedora, com o ministro da Fazenda (Pedro Malan) na posição de um simples auxiliar."

O vice-presidente da Força Sindical, Paulo Pereira da Silva, explica que será elaborada proposta ao governo de "como enfrentar a crise". Algumas sugestões são a criação de frentes de trabalho, legislação específica para o primeiro emprego e alterações no Fundo de Garantia do Tempo de Serviço.